

# Audiências Públicas no Senado Federal

**a participação popular nas decisões legislativas**

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 174, de 2017

Autoria: **Senador Telmário Mota** (PTB/RR)

Ementa: **Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista**

06/06/2017 - Comissão de Assuntos Sociais

A Constituição Federal de 1988 é a primeira a reconhecer as audiências públicas  
no processo legislativo •

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões  
permanentes e temporárias[...].

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: [...].

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

difusão da rede mundial de computadores (internet), e saltam-nos aos olhos as facilidades da conectividade, as audiências públicas não se restringem ao comparecimento da sociedade ao Congresso Nacional  
as Comissões deslocam-se até o local onde encontram-se os interessados no debate.

Na democracia é desejável, e até recomendável, que a sociedade saia em busca do aperfeiçoamento das regras que regem as relações entre os cidadãos.

Sem essa participação popular, pode-se inferir que a democracia não tenha consistência para enfrentar as situações difíceis.

De modo geral, as sessões do Senado Federal são públicas, no entanto, em alguns casos podem ser transformadas em secretas

A audiência pública é o instrumento de fiscalização da população no Parlamento.

Serve tanto para discutir, esclarecer, elucidar com vistas ao aperfeiçoamento da matéria, como para travar o andamento de determinada proposição – método usado pela minoria parlamentar - até a maior repercussão do tema – dentro e fora do parlamento - com o consequente esgotamento das discussões.

a participação da sociedade não se restringe ao ato de votar.

Não se acaba após a abertura da urna. Realizada a eleição, tendo o político vencedor tomado posse, é hora de a sociedade se posicionar dentro do Congresso Nacional para fiscalizar os atos dos seus eleitos.

A tecnologia trouxe o cidadão para dentro do parlamento por meio das redes sociais

(Facebook, Twitter, Whatsapp...), dos telefones dos gabinetes parlamentares, do telefone gratuito 0800.61.2211, através das teleconferências e das tradicionais visitas aos gabinetes, conhecidas pejorativamente como *lobby*.

apenas 7% (seis, dos oitenta e um senadores) não tinham páginas no Facebook

Outra forma de participação nas decisões 'manifestações de rua'.  
manifestações de rua ou manifestações populares são a sociedade  
convocando o Parlamento

Congresso Nacional arquivou a PEC 37/2011 –  
que limitava o poder de investigação do Ministério Público e o Projeto nº  
234/2011, conhecido como ‘Cura Gay’